

## MEMÓRIA E ENSINO: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA

Maria Aparecida Silva Costa<sup>1</sup>

Edelaine Nobre da Silva<sup>2</sup>

Antoniél Neves Cruz<sup>3</sup>

Nivaldo Osvaldo Dutra<sup>4</sup>

### RESUMO

A preservação do patrimônio histórico e cultural local é uma prática essencial nos dias atuais, especialmente em um contexto marcado por rápidas transformações sociais e urbanas. No entanto, para que essa preservação seja efetiva, é fundamental que seja trabalhada desde cedo no ambiente escolar, por meio de ações educativas que despertem o senso de pertencimento e valorização da memória coletiva. Pensando nisso, o presente trabalho se ancora nos pressupostos teóricos de Nora (1993), Scifoni (2022), Alves (2006) e Caimi (2006), os quais versam sobre patrimônio, História Local, educação e o Ensino de História e tem como objetivo relatar uma experiência pedagógica desenvolvida com estudantes da rede pública de ensino do município de Caetité, por meio de uma aula de campo realizada com estudantes de uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental ao Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Durante a visita, os estudantes tiveram a oportunidade de conhecer documentos, fotografias e mobiliários que narram a história de Caetité, incluindo registros sobre a emancipação do município. A experiência possibilitou uma discussão sobre a relevância da conservação dos bens históricos e o papel da comunidade na valorização do patrimônio local, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência cidadã e patrimonial. Além disso, a aula permitiu explorar o valor dos espaços educativos extraescolares como ambientes formativos, enriquecendo o aprendizado dos estudantes por meio do contato direto com documentos históricos. Por fim, a iniciativa reforça o papel das atividades extraclasse como estratégias pedagógicas que ampliam o processo de ensino-aprendizagem, proporcionando um contato mais dinâmico e significativo com o conhecimento.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial, Ensino de História, Arquivo Público Municipal de Caetité.

### INTRODUÇÃO

Em um contexto marcado por transformações aceleradas e pela fragilização dos vínculos com a memória coletiva, a preservação do patrimônio histórico e cultural local assume papel fundamental na formação de uma consciência cidadã. O espaço escolar, especialmente nas séries iniciais, precisa assumir o compromisso de despertar nos estudantes o senso de

---

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - *Campus VI* – Caetité), [ma.apsilvacosta@gmail.com](mailto:ma.apsilvacosta@gmail.com); Pesquisadora bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

<sup>2</sup>Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB - *Campus VI* – Caetité), [nobredasilvae@gmail.com](mailto:nobredasilvae@gmail.com).

<sup>3</sup>Mestre em Educação em Ciências e Matemática pela Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGECM/UESC). Especialista em Gestão e Coordenação Escolar pelo Instituto de Educação Ethikos. Licenciado em Pedagogia pela Universidade Paulista, [antonielnescruz@gmail.com](mailto:antonielnescruz@gmail.com).

<sup>4</sup>Doutor em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC - SP, [nartud@yahoo.com.br](mailto:nartud@yahoo.com.br).



pertencimento à sua cidade, estimulando o respeito à diversidade de tempos, memórias e narrativas que compõem sua identidade.

Nesse sentido, o ensino de História deve ultrapassar a simples transmissão de conteúdos, promovendo práticas que estimulem o pensamento crítico e a valorização da história local. Como discute Caimi (2006, p.21)

O domínio dos conhecimentos históricos a ensinar pelo professor não é condição suficiente para garantir a aprendizagem dos alunos também é possível [...] também é possível supor que a aprendizagem poderá ficar menos qualificada, se o professor desconsiderar os pressupostos e os mecanismos com que os alunos contam para aprender e os contextos sociais em que estas aprendizagens se inserem.

Dessa forma, a Educação Patrimonial, ao aproximar os estudantes de documentos, objetos e espaços significativos, possibilita vivências que integram teoria e prática, fortalecendo o olhar investigativo e a compreensão do papel de cada sujeito na preservação da memória coletiva.

Partindo dessa perspectiva, este trabalho apresenta uma experiência pedagógica desenvolvida com uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental I, da rede pública de Caetité<sup>5</sup> (BA). A proposta consistiu em uma sequência didática ancorada nos princípios da Educação Histórica, baseada na investigação e interpretação de fontes, e que teve como culminância uma aula de campo no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC).

A experiência proporcionou aos estudantes o contato direto com patrimônios locais, o que possibilita a construção de uma consciência histórica. A proposta dialoga com reflexões de autores como Nora (1993), Scifoni (2022), Alves (2006), Caimi (2006) e Rüsen (2001), que discutem patrimônio, ensino de História e a centralidade da memória na formação dos sujeitos.

Além desta introdução, o trabalho organiza-se em fundamentação teórica, que sustentou a atividade realizada com a discussão sobre Educação Patrimonial e Ensino de História. Em seguida, descreve-se o Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) como espaço de preservação da memória local e como locus da experiência pedagógica. Na terceira parte, é relatada a experiência pedagógica realizada com os estudantes, detalhando suas etapas e atividades. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais se destacam os principais resultados e contribuições da proposta para o fortalecimento da cidadania e da valorização do patrimônio cultural local.

---

<sup>5</sup>Caetité é um município, localizado no interior do estado da Bahia, distante a cerca de 645 km de Salvador, capital do estado.



## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA

A Educação Patrimonial tem se consolidado como uma prática que rompe com a lógica tradicional do ensino de História, marcada muitas vezes pela centralidade do livro didático e pela linearidade cronológica. Ao contrário, ela se ancora na vivência, na aproximação com os bens culturais e na experiência direta com o território em que os sujeitos estão inseridos. Nesse sentido, a Educação Patrimonial:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p.4).

A Educação Patrimonial não se limita a transmitir informações sobre o passado, mas busca instaurar uma prática de aproximação entre sujeitos e patrimônios, permitindo que a experiência cultural seja compreendida como parte da construção da identidade e coletiva desses sujeitos.

Nesse cenário, Pierre Nora (1993), ao discutir os “lugares de memória”, chama atenção para a força simbólica de espaços, documentos e objetos que, ao resistirem ao tempo, permitem conectar passado e presente. Assim, ao aproximar as crianças de seu patrimônio local, é possível oferecer uma oportunidade formativa que transforma o aprendizado em experiência significativa, enraizada no cotidiano e na identidade dos estudantes.

Nesse mesmo sentido, Alves (2006) ressalta que levar a localidade para dentro da sala de aula é uma forma de potencializar a formação de cidadãos conscientes, de favorecer a competência histórica e garantir uma função social e individual para a História.

Essa compreensão ganha ainda mais força quando se observa que preservar o patrimônio não é tarefa exclusiva de instituições especializadas. Como lembra Scifoni (2022), a Educação Patrimonial não pode se reduzir a visitas técnicas ou ao simples acúmulo de informações históricas, ela deve mobilizar reflexões críticas sobre o papel de cada comunidade na salvaguarda de sua memória.

Alves (2006) destaca que cabe à História a função de abrir caminhos para que os estudantes desenvolvam uma Consciência Histórica capaz de exercitar a cidadania na defesa de



um patrimônio que também lhes pertence, estimulando-os a conhecer, proteger, valorizar e difundir sua herança cultural. Nessa perspectiva, Rüsen (2001) defende que para o desenvolvimento da Consciência Histórica é necessário que o estudante veja sentido naquilo que aprende, estabelecendo conexões entre os conteúdos escolares e sua realidade cotidiana. Esse processo envolve conectar o passado, o presente e o futuro, interpretando a experiência do tempo de modo a dar sentido à identidade e orientar a ação

Além disso, Caimi (2006) enfatiza que levar em conta a realidade da criança ou do adolescente não significa abrir mão do rigor intelectual ou do valor do conhecimento histórico, mas assegurar que a aprendizagem ocorra de forma significativa e enraizada, produzindo aprendizagens consistentes. Dessa forma, o contato com os patrimônios locais, portanto, deixa de ser um exercício de contemplação passiva e passa a configurar-se como um espaço de questionamento, descoberta e reconhecimento, conforme será apresentado a seguir.

## **O ARQUIVO PÚBLICO MUNICIPAL DE CAETITÉ UM ESPAÇO DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA E HISTÓRIA LOCAL**

O locus deste estudo é o Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), essa instituição constitui-se em um espaço de guarda, organização e preservação de documentos que registram aspectos relevantes da história política, social e cultural do município. Localizado no centro da cidade de Caetité (BA), na Praça Dr. Deocleciano Teixeira, n.º 52. Na figura 1 é possível observar a fachada do APMC:



Figura 1 - Vista frontal do Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC).



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025.

A sede do arquivo é a antiga Casa de Câmara e Cadeia do município, a qual era o centro político-administrativo do município durante décadas. Ficou abandonado por anos e a partir de ações dos docentes do curso de Licenciatura em História, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/*Campus VI*), Paulo Henrique Duque Santos e Maria de Fátima Novais Pires, o espaço passou a funcionar enquanto arquivo público a partir de 1997. O prédio é um importante patrimônio da cidade, e é um bem imóvel tombado por meio do Decreto Estadual de nº 28.398<sup>6</sup>, de 10 de novembro de 1981 pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (Bahia, 1981).

O Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) é responsável pela guarda e preservação de um amplo acervo, que reúne tanto documentos históricos quanto administrativos. O acervo é composto por fotografias, correspondências, atas, jornais, livros, registros oficiais e mobiliário histórico, entre outros. Esse conjunto documental oferece múltiplas possibilidades de pesquisa e estudo, permitindo a compreensão de diferentes temporalidades e fortalecendo a valorização da memória local. Nas imagens abaixo é possível observar a parte interna do APMC.

---

<sup>6</sup>Esse decreto além de realizar o tombamento da Casa de Câmara e Cadeia também realizou o tombamento de outros importantes patrimônios do município que foram: Casa natal de Anísio Teixeira, Casa do Barão de Caetité, Casa do Coronel Cazuzinha, Casa da Fazenda Brejo dos Padres atual Fazenda Bom Jardim, Casa da Fazenda Santa Barbara e a Capela São Sebastião, no Distrito de Pajeú dos Ventos.



Figuras 2 e 3 – Vista interna do Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC), salão principal e acervo documental, respectivamente.



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025.

É importante destacar que a relevância do Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) ultrapassa os limites do próprio município, estendendo-se também a cidades circunvizinhas, como Guanambi, Palmas de Monte Alto, Rio de Contas, Paratinga, entre outras, uma vez que a instituição é responsável pela salvaguarda de parte da documentação histórica e administrativa dessas localidades. Além disso, o APMC é um importante polo de pesquisas acadêmicas, tanto por ser objeto de estudo em si, quanto por disponibilizar seu acervo para investigações de diferentes áreas. Seu acervo tem sido amplamente consultado por estudantes e professores de graduação e pós-graduação de diversas universidades brasileiras, com destaque para a Universidade do Estado da Bahia (UNEB/*Campus VI*), que mantém uma relação contínua de pesquisa e produção de conhecimento a partir do acervo da instituição.

Mais do que uma instituição de preservação documental, o APMC desempenha um papel pedagógico essencial, ao disponibilizar suas fontes para fins de pesquisa e aprendizado. O espaço contribui para que professores e estudantes possam acessar diretamente materiais que narram a história da cidade, favorecendo a construção de uma identidade coletiva ancorada em experiências concretas do passado.

Dessa forma, o APMC é um recurso privilegiado para a Educação Patrimonial, uma vez que aproxima a comunidade escolar do patrimônio histórico e oferece condições para que os sujeitos compreendam a importância da preservação desses bens. Ao integrar-se às práticas educativas, torna-se um ambiente de formação que vai além da sala de aula, reforçando o papel da escola como mediadora da memória e do pertencimento social.

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PRÁTICA: DA SALA DE AULA AO APMC

A atividade desenvolvida com a turma do 5º ano do Ensino Fundamental I foi organizada em distintos momentos, cuidadosamente planejadas de modo a se complementarem e favorecerem a construção do conhecimento de forma simples, significativa e envolvente. No primeiro momento, ainda em sala de aula, organizou-se uma roda de conversa com o objetivo de sondar os saberes prévios dos estudantes a respeito do tema. A discussão foi iniciada a partir da questão norteadora: o que é patrimônio? Diante desse questionamento, os estudantes apresentaram suas concepções iniciais, associando o termo, sobretudo, a elementos como “casas antigas” e “coisas velhas”.

Na sequência, os estudantes foram convidados a refletir sobre a questão: quais são os patrimônios de Caetité? As respostas evidenciaram um repertório associado, sobretudo, a bens materiais, sendo mencionados espaços como a Casa do Barão de Caetité, a Igreja de Nossa Senhora Sant’Ana, a Igreja de São Benedito, a Casa Anísio Teixeira e o Arquivo Público Municipal de Caetité. A atividade evidenciou que os estudantes possuíam um repertório considerável sobre a realidade local, porém limitada ao aspecto material, restringindo suas concepções a edificações históricas, não possuindo uma compreensão acerca dos patrimônios de natureza imaterial e natural.

Diante dessa constatação, a discussão foi ampliada para abarcar a noção de patrimônios imateriais e naturais. A partir dessa mediação, os estudantes passaram a reconhecer manifestações culturais e ambientes naturais como parte do patrimônio local, mencionando exemplos como as festas de Reisado, os festejos do 2 de Julho, pinturas rupestres, o Sítio Arqueológico Moita dos Porcos, entre outros, compreendendo-os também como expressões significativas da identidade caetiteense.

Esse momento inicial de escuta ativa com os estudantes mostrou-se fundamental para identificar os conhecimentos prévios da turma e, ao mesmo tempo, abrir espaço para novas aprendizagens. A partir das concepções apresentadas, foi possível promover uma problematização que estimulou o diálogo e despertou a curiosidade das crianças em relação ao tema. Esse movimento de mediação contribuiu para que os estudantes percebessem a amplitude do conceito de patrimônio, superando a ideia restrita de bens materiais e compreendendo também as manifestações culturais, tradições e práticas sociais como elementos essenciais para a construção e preservação da memória coletiva. Assim, a etapa inicial da atividade serviu como base para a visita ao Arquivo Público Municipal de Caetité, que se configurou como o momento central da experiência pedagógica.

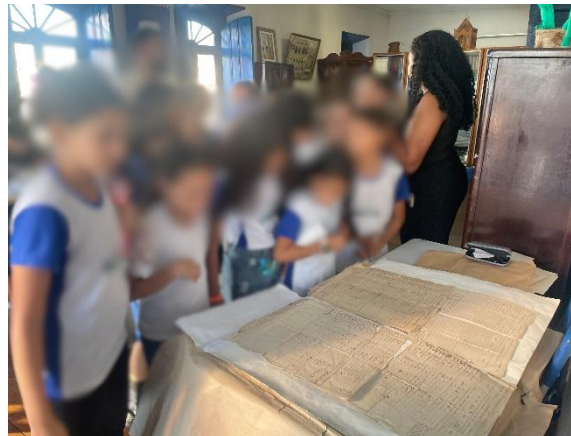


Durante as discussões, foram utilizados diferentes recursos para ampliar a compreensão dos estudantes sobre o tema. Foram exibidos vídeos que explicavam que o patrimônio pode ser de diferentes tipos: material, imaterial e natural, e, em seguida, cada categoria foi debatida, ressaltando sua relevância para a preservação da história e da identidade dos povos. Relembramos ainda uma experiência anterior: a visita ao Sítio Arqueológico Moita dos Porcos, patrimônio histórico e cultural de Caetité, que serviu como exemplo concreto de um bem coletivo a ser preservado. Na sequência, realizou-se uma dinâmica em que os estudantes analisaram imagens projetadas em slides com diferentes patrimônios da cidade, classificando-os conforme sua natureza, material, imaterial ou natural.

Esse momento inicial foi essencial pois possibilitou ampliar a percepção dos estudantes, levando-os a reconhecer que o patrimônio vai além das construções antigas e inclui também práticas culturais, tradições e elementos da natureza.

Partimos para a visita ao Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC). Lá, os estudantes foram recebidos pela equipe do espaço, que apresentou o funcionamento do local e explicou como e porque os documentos são preservados. Os estudantes foram levados para uma visita guiada, onde conheceram todos os espaços do arquivo e tiveram acesso ao acervo documental e observaram diversas documentações relevantes como a ata de criação da Vila de Caetité e registros de matrículas de escravizados. Nas imagens abaixo, o momento em que os estudantes observaram os documentos históricos.

Figuras 4 e 5 – Momento da visita em que os estudantes tiveram contato com documentações históricas.



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025.

O contato com esses materiais despertou muitas perguntas. Os estudantes ficaram curiosos com a caligrafia da época, tentaram realizar a leitura, e quiseram entender por que a

escrita mudou tanto ao longo do tempo. Também se interessaram pelo trabalho dos estagiários da UNEB, que organizavam os documentos naquele momento, perguntando o que eles faziam e por que aquele trabalho era importante, os estagiários estavam realizando a inserção de uma documentação no sistema *web*<sup>7</sup> do APMC

Além disso, movidos pela curiosidade, os estudantes demonstraram o desejo de tocar nos documentos expostos. Nesse momento, explicamos a eles os procedimentos de biossegurança adotados no APMC, que incluem o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), como luvas, máscaras e capote, durante o manuseio da documentação. Ressaltamos que essas medidas visam tanto à proteção do pesquisador ou funcionário, já que os materiais podem conter agentes biológicos capazes de provocar reações alérgicas, quanto à preservação dos próprios documentos, que por serem centenários apresentam grande fragilidade e podem ser facilmente danificados pelo contato direto.

Aproveitamos também para apresentar o processo de acondicionamento da documentação, realizado por meio de caixas-arquivo. Dentro delas, os documentos são envolvidos com papel madeira, o que reduz a incidência da luz solar e a exposição ao ambiente, contribuindo para a preservação a longo prazo.

Os estudantes tiveram contato com aproximadamente 30 fotografias antigas de Caetité, que retratavam a evolução da cidade como passar dos anos. O objetivo era que os estudantes fizessem a identificação dos locais registrados. Foram reconhecidos espaços ainda existentes, como o Instituto de Educação Anísio Teixeira e a Igreja de São Benedito, bem como lugares que já não fazem parte da paisagem urbana, a exemplo do Teatro Centenário. Além disso, houve uma discussão com os estudantes sobre a importância dos registros fotográficos, e como eles conseguem preservar a memória de um povo. Na fotografia abaixo, pode ser observado esse momento de exposição.

---

<sup>7</sup>O Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) conta com um sistema *Web*, disponível em: <https://www.acervos.uneb.br/index.php/>, o qual possibilita aos interessados acessar parte do acervo já inserido no sistema.



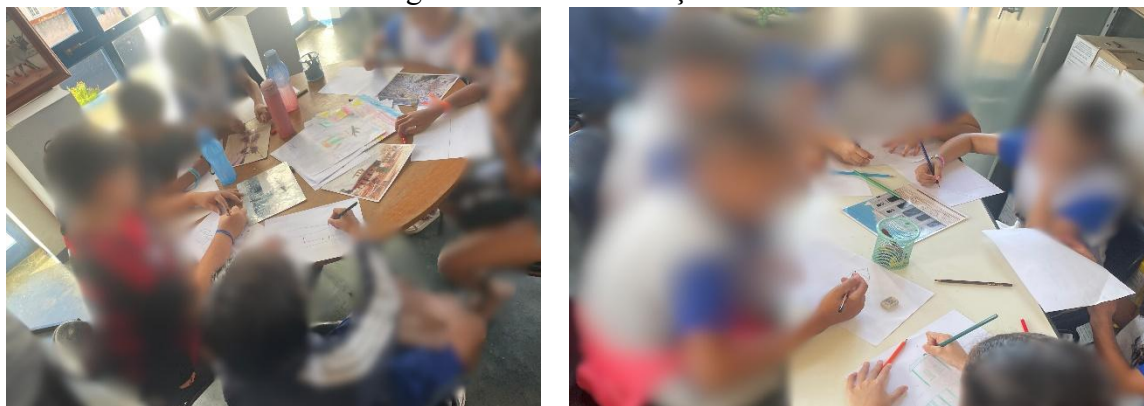
Figura 6 – Exposição de fotografias antigas da cidade de Caetité.



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025.

A partir das observações, foi proposto aos estudantes uma oficina de releitura de fotografias, eles deveriam escolher a imagem de um patrimônio que mais chamou a atenção e reproduzi-la por meio de seus desenhos.

Figuras 7 e 8 – Realização da oficina.



Fonte: Acervo pessoal dos autores, 2025.

Ao final das atividades retornamos com os estudantes para sala de aula, onde realizamos um momento de diálogo para identificar se a experiência foi de fato significativa para que eles compreendessem a importância da valorização patrimonial. A experiência proporcionou reflexões sobre a importância de cuidar da memória coletiva e da preservação dos patrimônios da cidade. Mais do que reconhecer casas antigas ou prédios históricos, os estudantes passaram a compreender que o patrimônio envolve também tradições, práticas culturais e até elementos da natureza. Assim, a aula de campo contribuiu para despertar neles um sentimento de pertencimento, reforçando a importância do ensino de História como caminho para valorizar a memória local e fortalecer a cidadania.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência relatada evidenciou o potencial da Educação Patrimonial como estratégia pedagógica capaz de articular teoria e prática no Ensino de História. A aula de campo no Arquivo Público Municipal de Caetité (APMC) constituiu-se como um espaço formativo de descobertas, questionamentos e construção de sentidos, no qual os estudantes puderam relacionar conteúdos escolares com a sua realidade.

A aproximação com documentos, fotografias e objetos históricos possibilitou aos estudantes compreender melhor a trajetória do município e refletir sobre a importância de preservar o patrimônio coletivo. A experiência reforça ainda a necessidade de inserir práticas contínuas de valorização da memória no currículo escolar, de modo que os estudantes cresçam conscientes de sua história e de seu papel na preservação patrimonial.

Os resultados demonstraram que a experiência foi exitosa, uma vez que os estudantes ampliaram suas concepções sobre patrimônio, superando a visão restrita a bens materiais e reconhecendo também os patrimônios imateriais e naturais como parte constitutiva da identidade local. Além disso, a atividade contribuiu para o desenvolvimento o pensamento investigativo e do sentimento de pertencimento, elementos essenciais para a formação da Consciência Histórica. Nesse sentido, confirma-se que a Educação Patrimonial, quando trabalhada de forma crítica e participativa, possibilita a valorização da memória e do patrimônio.

A experiência também evidenciou a importância dos espaços extraescolares, como os arquivos, enquanto ambientes formativos que dialogam com a escola e tornam o processo de aprendizagem mais dinâmico e significativo. Esse movimento de sair da sala de aula e experimentar o conhecimento em outros contextos amplia a dimensão cidadã da educação e fortalece a identidade local dos estudantes.

Por fim, destaca-se a relevância do APMC como espaço educativo e cultural, cuja presença enriquece a prática docente e amplia as possibilidades de ensino-aprendizagem. Considera-se, assim, que experiências como esta podem ser replicadas e adaptadas a outros contextos, reafirmando a importância das parcerias entre escola e instituições de memória na formação de cidadãos mais críticos, participativos e comprometidos com a preservação de sua herança cultural.



## REFERÊNCIAS

ALVES, Luís Alberto Marques. A História local como estratégia para o ensino da História. In: Departamento de Ciências e Técnicas do Património e Departamento de História (orgs.). **Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques – III Volume**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, vol. 3, p. 65-72.

BAHIA. Decreto nº 28.398 de 10 de novembro de 1981. **Dispõe sobre o tombamento dos bens de valor cultural que indica e dá outras providências.** Casa Civil, Bahia, 1981. Disponível em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-28398-de-10-de-novembro-de-1981>. Acesso em: 4 abr. 2025.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, Niterói, v. 11, n. 21, p. 17-32, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/ng5vPksgkCHSvWYmZsnh5t/abstract/?lang=pt>. Acesso em 17 abr. 2025.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. Brasília: Museu Imperial/IPHAN/Minc, 1999. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf). Acesso em: 12 abr. 2025.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 5 abr. 2025.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica:** teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SCIFONI, Simone. Patrimônio e Educação no Brasil: o que há de novo?. **Educação & Sociedade**, Campinas, v.43, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zK7BLX6XmMX5QnZFhLbRBS/?lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2025.

